 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 016. Antropologia das práticas juvenis

João Batista de Menezes Bittencourt (UFAL) - Coordenador/a, Marco Aurélio Paz Tella (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a

O presente GT tem como como objetivo reunir trabalhos resultantes de pesquisas em conclus?o ou andamento, e que tenham como foco privilegiado de investiga??o as pr?ticas juvenis em suas mais diversas express?es. Mudan?as sociais, pol?ticas e culturais ocorridas no ocidente, especialmente na segunda metade do s?culo XX, produziram altera?es significativas nas subjetividades juvenis, promovendo mudan?as no conjunto das experi?ncias que por muito tempo definiram os sentidos de ?ser jovem? e ?ser adulto?. Atualmente, as pesquisas antropol?gicas tem lan?ado m?o de diferentes abordagens te?ricas e metodol?gicas para a compreens?o das pr?ticas juvenis, onde se destacam a influ?ncia das teorias da ag?ncia, dos estudos sobre performactivity, das abordagens disposicionalistas, como tamb?m de uma releitura dos cultural studies. Desse modo, fazer uma antropologia das pr?ticas juvenis em nosso atual contexto, trata-se n?o apenas estar atento ?s mudan?as nos repert?rios de sentidos acionados pelos/as jovens, como tamb?m se abrir para possibilidades interpretativas advindas de outros campos do saber. Ser?o aceitos para o debate nesse grupo de trabalho, pesquisas, especialmente etnografias, que se dediquem ao estudo das pr?ticas juvenis a partir de diferentes temas, tais como: sociabilidades e territorialidades; g?nero, sexualidade e rela?es ?tnico-raciais; educa??o, trabalho e profissionaliza??o; arte e performactivity; entre outros.

Juventude e pixação: a grafia como resistência na cidade

Autoria: Thaisa da Silva Ferreira

O presente work tem como objeto de estudo as práticas de jovens pixadores no espaço urbano. O objetivo principal é analisar de que forma são construídas as relações sociais dos jovens pixadores no liame ao acesso e ao pertencimento à cidade, partindo da hipótese de que tal prática representa resistência, construção de identidade(s) e autoafirmação urbana. A pixação é uma prática que é entendida por uma parcela da sociedade brasileira como algo que deteriora, suja e degrada os espaços públicos e privados em que ela é inserida, no limite, a pixação está no código penal brasileiro como crime ambiental. Por outro lado, os sujeitos que dela se utilizam apontam especificidades em sua maneira de ser e de estar no mundo. Para refletirmos a respeito apresento percepções de um grupo de jovens pixadores da cidade de Goiânia. Segundo eles, a pixação exprimi uma grafia complexa e nela existe uma construção que atravessa o individual e o coletivo. Nesse aspecto, a pixação é entendida como uma forma de escrita e de visibilidade especifica sendo ela uma espécie de assinatura elaborada por cada pixador, contudo não é individualizada ela é coletiva, pois cada um de seus membros deve construir sua própria letra e apreender as dos demais componentes do seu grupo. Deve se saber reproduzir a assinatura de todos que pertencem ao grupo. A feitura do pixo por esses jovens também apresenta uma estética visual que é elucidada segundo eles a partir de uma maneira especifica e peculiar, sendo assim, é uma técnica comparada em oposição a outras, como por exemplo, o bomb, o grapixo e o próprio grafite. O texto em questão é parte de uma pesquisa em andamento e apresenta material de campo realizado na cidade de Goiânia. Tem caráter qualitativo e utilizou como metodologia a observação etnográfica e entrevistas. Logo, a análise das narrativas desses jovens, meninos e meninas, apontam para práticas juvenis que nos permite entender possibilidades distintas de estar e vivenciar a cidade.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**